

**Valéria Severina Gomes**

## **História do editorial jornalístico em Pernambuco: aspectos formais e funcionais desta tradição discursiva\***

### **1. Introdução**

A idéia basilar neste trabalho é a concepção de texto como um processo estimulado por fatores sócio-históricos. Desse modo, todas as modificações e permanências observadas nos textos ao longo do tempo são frutos das ações sociais, das necessidades sociais e do curso natural da história. Em vista disso, o texto não pode ser concebido exclusivamente como uma unidade formal. Muito pelo contrário, o texto deve ser entendido como uma ação comunicativa, um sistema de múltiplas relações, sejam elas formais, lingüísticas, de conteúdo temático, discursivas, e isso o torna instável e mutável. Evidentemente, com base nisso, não são aceitáveis classificações estanques.

Nesse processo de mudança por que passam os textos ao longo do tempo, algumas características são mantidas, apresentam continuidade. Essas características contribuem para a identificação das tradições discursivas e funcionam como enquadres interpretativos nas situações comunicativas. São os traços de permanência de uma dada tradição discursiva que permitem delinear o que se pode chamar de “árvore genealógica” dos textos. Em outras palavras, permitem identificar os textos desde a sua constituição inicial até chegar à maneira como se apresentam atualmente.

Na construção do sentido de uma tradição discursiva, muitos elementos textuais são mutáveis, ou seja, apresentam mudanças motivadas por fatores lingüístico-discursivos e sócio-históricos. Foi exatamente o interesse em investigar como ocorre a relação entre as

---

\* Este capítulo é parte da tese de doutorado “Traços de mudança e de permanência no contínuo da tradição discursiva editorialística em Pernambuco”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, sob a orientação do Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa.

tradições discursivas e a mudança lingüística que motivou a realização desta pesquisa.

Neste artigo será discutida a forma como uma tradição discursiva específica, o editorial jornalístico, foi se delineando ao longo do tempo, visando dois planos de observação: o formal e o lingüístico-discursivo. É evidente que na construção do sentido do texto os planos citados se complementam, a segmentação aqui apresentada é por uma questão puramente metodológica. Desse modo, o interesse pelo tema partiu da possibilidade de fazer um estudo histórico mais dinâmico que ultrapassasse as práticas tradicionais do estudo diacrônico da língua.

O objetivo pretendido, no momento, é descrever parcialmente o que mudou e o que permaneceu nos dois planos mencionados no curso desta tradição discursiva. Para tanto, foram selecionados vinte textos publicados em jornais pernambucanos: *O Diario de Pernambuco*, *A Carranca*, *O Paiz*, *O Progressista*, *A Província* e *Jornal do Recife*. Esses textos fazem parte de um *corpus* formado por cem textos, oitenta do século XIX, dez do século XX e dez do século XXI. O enfoque maior no século XIX justifica-se por ser o período inicial da circulação desse tipo de periódico em Pernambuco.

Para atender aos propósitos citados, o presente estudo fundamenta-se em trabalhos como os de Callado (2002), Jungbluth (1998), Kabatek (2003), Lustosa (2003), Marcuschi (2000), Oesterreicher (2002), Pessoa (2002a e 2002b), entre outros. A discussão tem início com a definição do termo tradição discursiva e a localização do editorial jornalístico neste contexto. Em seguida, os vinte textos são analisados sob a perspectiva formal e lingüístico-discursiva.

De um modo geral, este é um trabalho descritivo, no qual o editorial jornalístico recebe uma abordagem predominantemente qualitativa. Sendo assim, a busca pelos elementos de mudança e de permanência desta tradição discursiva também é relevante por trazer à tona a observação de fatores que, adicionados aos lingüísticos, dão sentido e funcionalidade ao texto.

## **2. O editorial jornalístico definido como tradição discursiva**

A concepção de que qualquer texto é um evento, um processo, uma atividade apresenta muitas implicações tanto para as abordagens teóricas quanto práticas da língua. Uma das vertentes dessa concepção diz res-

peito ao fato de que a construção do sentido do texto é fruto de processos interativos. De acordo com Jungbluth (1998:341) “*escrever é seguir os costumes dos antecessores. Junto com a sucessiva ontogênese da capacidade de escrever se aprendem os moldes tradicionais dos diferentes gêneros de texto*”<sup>1</sup>. Em outras palavras, os textos falados e escritos são determinados por condições de produção sócio-históricas. Segundo Marcuschi (2000:104) “*todos os gêneros são históricos e têm origem em práticas sociais*”.

Em vista disso, tornam-se cada vez mais freqüentes estudos que procuram investigar a gênese dos textos e as transformações pelas quais passam ao longo da história. Quanto a isso, Antos (1997:4) comenta que “*A pressuposição de tal conceito processual e dinâmico do texto, pelo ponto de vista sincrônico, exige, com relação à área diacrônica, uma aproximação correspondente, nomeadamente, uma abordagem que parte da gênese dos textos*”<sup>2</sup>.

Essa questão do surgimento e da transformação dos textos, segundo Pessoa (2002b:7), “*não se pode atribuir unicamente a sua manifestação lingüística absoluta. Há um contexto histórico favorável, que pode ser social, tecnológico e cultural.*” Em vista disso, Pessoa (2002a:197) chama a atenção para “*a importância da história das línguas como história dos textos, para se possibilitar uma visão diferente e mais dinâmica do que predomina atualmente*”.

Observando o percurso da história da língua para a história do texto e vice-versa, o editorial jornalístico passou por diversas mudanças, a começar pelo caráter artesanal e pela roupagem política acentuada da imprensa na primeira metade do século XIX. De acordo com Lustosa (2003:59), o período da Independência do Brasil, por exemplo, “*foi o contexto em que política e imprensa se confundiram da forma mais radical*”.

Predominava, então, nessa época o estilo jornalístico-panfletário, os discursos eram inflamados e a linguagem era usada com veemência. Segundo Morel / Barros (2003:49):

---

1 Esta tradução do original em espanhol e as demais que aparecem ao longo do texto foram feitas por mim.

2 Texto traduzido do original alemão por Hans Peter Wieser, professor de latim, alemão e sociolingüística da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e aluno do Curso de Mestrado em Lingüística Aplicada da mesma entidade. Segui a numeração das páginas da versão traduzida, pp. 1-19.

O estilo panfletário, pasquineiro, dava a tônica, independentemente da coloração política. Por tudo isso, a imprensa da primeira metade do século XIX no Brasil privilegiava o doutrinário, o propagandístico, em detrimento do factual e descritivo.

Já no início da segunda metade do século XIX, encontra-se, como sucessor do estilo inflamado, o estilo literário, como registra Callado (2002:44-45)

Na segunda metade do século, ou melhor, depois da “pacificação nacional” promovida pela espada de Caxias (...), os jornais abandonaram os embates políticos, adotando linguagem literária.

Outro estilo que provocou mudanças profundas no modo de produzir textos jornalísticos foi o telegráfico. Pela novidade de passar as informações por telegrama, os textos passaram por adaptações para se enquadrar em um novo sistema de comunicação. Como assevera Pessoa (2002b:6) “*o telégrafo impunha a necessidade de maior concisão por causa das taxas, levando muitas vezes à eliminação de opiniões e textos de natureza literária*”. Esse estilo foi, aos poucos, dando corpo ao texto de notícia, com ênfase informativa, que difere do texto editorial, com ênfase opinativa.

Observando a sucessão desses estilos pode-se perceber que realmente a forma como as pessoas escrevem hoje os diferentes textos é fruto de uma tradição que apresenta mudanças e permanências. Como afirma Kabatek (2003:3):

Na hora de falar ou de escrever um texto, os que falam ou escrevem não só têm que fazer passar sua finalidade comunicativa através do filtro da gramática e o léxico de uma língua determinada na que querem concretizar este fim: como é sabido, o realizam também segundo umas tradições que vão mais além do sistema, segundo uma norma que se refere ao já dito na sociedade; e o modelam de acordo com tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, maneiras tradicionais de dizer ou de escrever. (...) Chamamos, de acordo com outros autores, a estes modelos *tradições discursivas*.

Os estudos pautados no modelo das Tradições Discursivas ainda são pouco conhecidos no Brasil. No entanto, na filologia românica alemã, o conceito de tradições discursivas é utilizado com proveito na combinação linguística pragmática e descrição histórica (Schlieben-Lange, 1993).

A opção pelo conceito de tradição discursiva justifica-se pelo viés sócio-histórico que ele possibilita adotar para a abordagem dos textos e da língua. Para Oesterreicher (2002:259):

as tradições discursivas funcionam em virtude de situações comunicativas determinadas historicamente. Todo discurso individual guiado por determinados modelos discursivos – os gêneros ou as tradições – se constitui no marco de uma série de constelações comunicativas que controlam os traços específicos de cada discurso e as possíveis modalidades de sua produção e recepção.

Toda essa noção preliminar acerca das tradições discursivas está vinculada aos três aspectos lingüísticos propostos por Coseriu: universal, histórico e individual, nos quais Schlieben-Lange (1993:19) embasa-se para afirmar que:

a universalidade é preservada também no nível da língua e do texto. Sabe-se como uma língua deve ser para poder funcionar como tal. Sabe-se como os textos são constituídos. Também no nível do texto, a historicidade se faz presente na forma de tradições textuais historicamente transmitidas .

Tomando como ponto de referência a constituição dos textos, uma das questões a serem verificadas é a correlação que pode haver entre os elementos de mudança e de permanência que compõem o editorial, considerando a história do texto e a história da língua. Para isso serão comentados alguns componentes do plano formal e do plano lingüístico-discursivo.

### **3. O plano formal: aspectos estruturais**

Nesta tradição discursiva, como nas demais, a forma adotada tem finalidade comunicativa e funciona como um enquadre interpretativo que auxilia o leitor na construção do sentido do texto. São informações constantes nos títulos, nas cores, no formato e tamanho da letra, na localização do texto num suporte textual como o jornal etc que dão pistas ao leitor a respeito dos propósitos comunicativos do autor.

Antos (1997:4) acresce a esses conhecidos aspectos formais “*o canal, o gênero, a variedade e o estilo, ainda a distribuição, proporção e segmentação das informações. A seleção, acumulação e estruturação de conhecimento redundam em problemas globais de formulação*”. Desse modo, é possível perceber que as escolhas formais para a composição do texto podem ser mais pontuais ou mais gerais.

Hoje o reconhecimento de um editorial jornalístico dentro de um suporte, mesmo considerando as variáveis dos aspectos formais do texto, está mais fácil. Isso ocorre porque os leitores têm mais dados para

auxiliar o enquadramento interpretativo do texto, ou seja, os elementos que formam o seu contexto estão mais explícitos, sistematizados e constantes, a começar pela própria localização do editorial no corpo do jornal.

Nos dois jornais de maior circulação em Pernambuco, por exemplo, os editoriais atuais são facilmente identificados porque aparecem situados numa página específica. No *Jornal do Commercio*<sup>3</sup>, a página em que o editorial, entre outros textos opinativos, é publicado chama-se *Opinião*. Nela o editorial é publicado sem assinatura, diferentemente dos demais. Nesse caso, a veiculação dos pontos de vista fica explicitamente sob a responsabilidade da redação do jornal. No *Diário de Pernambuco*, há a página Editorial, na qual o texto de comentário do jornal vem publicado.

Mas nem sempre foi assim. Para chegar a esta precisão na identificação dos editoriais, o que, na sociedade contemporânea, contribui imensamente para o seu reconhecimento, o *Diário de Pernambuco* (único jornal do *corpus* que chegou aos dias atuais) passou por diversas mudanças.

A princípio, no século XIX, os textos publicados que apresentavam características de editorial não tinham uma página ou uma coluna estabelecida e muito menos uma denominação definida para uma tradição discursiva com intensa circulação. Encontram-se as designações de artigo, artigo editorial, até chegar ao termo editorial. A intensa circulação de um texto, mesmo sem uma designação fixa leva a crer que a existência de uma tradição discursiva antecede a sua denominação. Mas essa é uma questão para ser discutida com mais atenção em outro momento.

Como já foi mencionado, os primeiros editoriais não apresentavam uma localização definida. No *Diário de Pernambuco* nº 127, de 15/06/1829, o texto considerado editorial encontra-se na coluna Artigo Comunicado, na qual mesclavam-se textos assinados e não assinados, opinativos e não opinativos.

A partir de 1830, os textos que apresentavam o gérmen do editorial vinham abaixo da repetição do nome do jornal. Isso ocorria da seguinte forma: o nome do jornal vinha na primeira página, no centro da fol-

---

3 Este jornal não faz parte do *corpus* porque foi lançado em 1918 e, no momento, a pesquisa enfoca os jornais do século XIX.

ha e com letras grandes, como ocorre ainda hoje; numa coluna, que poderia estar na 1ª, 2ª ou 3ª página, o nome do jornal reaparecia com letras menores, mas em caixa alta, com um texto abaixo, ora com título, ora sem título, às vezes atribuído aos redatores, como o *Diario de Pernambuco* nº 167 de 07/09/1835, e muitas vezes sem identificação, mas com a nítida atribuição da palavra ao jornal. Por outro lado, nem todos os textos localizados nesse espaço apresentavam características de editorial, o que, certamente, revela a instabilidade natural do movimento lingüístico e sócio-histórico no processo de convenção desta tradição discursiva.

Essa localização do editorial no jornal perdurou até o século xx. O *Diario de Pernambuco* nº 9, de 10/01/1989 é um exemplo da permanência dessa forma de situar o texto. O diferencial neste período é a indicação da seção Opinião no alto da página. Posteriormente, em 1999, essa forma foi substituída e o editorial passou a ser apresentado no jornal da maneira que todos conhecem hoje, ou seja, numa página com o nome “Editorial” na parte superior. Sem dúvida, essa contextualização contribuiu para a identificação desta tradição discursiva, pois reforça a idéia de que os elementos que auxiliam o enquadre do texto realmente favorecem a construção do seu sentido.

A despeito da afirmação de Callado (2002:46), de que, por volta de 1877, teria surgido “o artigo editorial – mais tarde denominado apenas editorial – apontando para uma separação entre informação e opinião”, foi encontrada, na década de 30 do século xix, a primeira referência ao termo **editorial** vinculado a um texto que foi distribuído por várias publicações do *Diario de Pernambuco* e assinado pelo Mensageiro Nietheroyense. Isso leva a crer que mesmo não havendo ainda uma clara separação entre informação e opinião, nem uma denominação estabelecida, o espaço para a opinião do jornal já estava garantido.

Os editoriais, além do teor opinativo, também são utilizados pela redação como textos de apresentação dos conteúdos de um jornal ou de uma revista. Eles também são utilizados para introduzir um periódico no mercado, quando, no primeiro número a ser publicado, os redatores fazem uma auto-apresentação do jornal, sem perder a essência opinativa que pode estar implícita. Foi o que aconteceu com o *Diario de Pernambuco* nº 1, de 07/11/1825, com o texto de abertura intitulado **Introdução**, e com *A Carranca* nº 1, de 10/05/1845, com o texto cujo

título é **Prospecto**. Nos dois casos, os textos são os primeiros, localizam-se na primeira página e com títulos apropriadíssimos para o propósito comunicativo a que se destinam.

Um outro fator de mudança nesta tradição discursiva, além da localização no jornal e da denominação, foi a delimitação da fronteira entre opinião e informação. No que diz respeito à distribuição, proporção e segmentação da informação é possível notar sensíveis modificações nos textos.

O texto publicado no *Paiz* nº 2 de 04/02/1856, apesar de expor uma posição tomada pelo jornal, está muito distante, em termos de estrutura, da forma como os editoriais circulam hoje. É um texto extremamente metafórico, extenso e com muitas divagações, como por exemplo, o primeiro parágrafo que faz referência ao sétimo dia da criação do mundo, num texto que aborda a questão de partidos políticos. Ao todo são 14 parágrafos desenvolvidos com uma riqueza descritiva e informativa que dificulta a identificação da posição moderada assumida pelo jornal na formação da opinião pública, durante as disputas políticas. Neste caso, fica quase imperceptível a fronteira entre informação e opinião.

Já o texto publicado no *Jornal do Recife* nº 147, do dia 01/07/1880, apresenta mais nitidez na delimitação entre informação e opinião. Os quatro primeiros parágrafos são informativos, tratam do início da eleição; os dois parágrafos seguintes destinam-se à opinião favorável do jornal ao afastamento dos militares do processo eleitoral; e o último corresponde à convocação do povo para participar de tão nobre momento de expressão da cidadania.

Esse texto segue uma estratégia de organização muito semelhante ao editorial publicado no *Diário de Pernambuco* nº 229, de 17/08/2003, cuja sequência básica é: a informação, a opinião e a persuasão, pautada na argumentação, ou convocação não só da opinião, mas da iniciativa pública. O texto divulgado no *Diário de Pernambuco* nº 257, de 14/09/2003 mostra-se de forma mais incisiva que os dois últimos, na medida em que na abertura do texto, no primeiro período já está explícita a posição tomada pelo jornal:

Ex.1: “Está certo o atual Governo da República em tirar o proveito que lhe for possível, na conjuntura por que passamos, a fim de estimular o Congresso Nacional a votar agora e, não, depois, as reformas estruturais do país...”.



De certo modo, no que se refere ao plano formal, o editorial jornalístico passou por mudanças constantes, mas permaneceu com traços que o fizeram perdurar e ser reconhecido no contínuo da sua história. Outros itens formais, além da localização, denominação do texto e distribuição, proporção e segmentação da informação, também merecem destaque, mas não será possível fazê-lo neste artigo. De um modo geral, apresentando mudanças ou permanências, o plano formal revela a autonomia dos jornais na estruturação e disposição do editorial no corpo do jornal.

#### 4. O plano lingüístico-discursivo

Um dos critérios para a seleção dos textos que apresentavam o gérmen do editorial jornalístico no século XIX foi o ponto de vista discursivo, ou seja, a quem atribuir as palavras do texto. O editorial é a expressão de um ponto de vista assumido pelo jornal acerca dos mais diversos assuntos. Esse é um traço distintivo dos editoriais com relação às notícias porque *“reúnem características condizentes com o tipo argumentativo e (...) por orientarem-se para a formação da opinião pública, embora cumpram, de certa maneira, também uma função informativa.”* (Antunes 1996:119-120).

Mesmo na época em que informação e opinião não estavam totalmente demarcadas nos textos jornalísticos, é possível encontrar alguns textos exclusivamente informativos, como os avisos de entrada e saída de navios no Porto do Recife e os anúncios de fuga de escravos, e encontrar textos com uma tomada de posição, com sustentação de tese e apresentação de argumentos para justificá-la.

No segundo caso, marcas lingüísticas, como a adjetivação, a modalização e o uso constante da primeira pessoa do plural, evidenciam o ponto de vista discursivo. O fragmento abaixo, extraído do *Diário de Pernambuco* nº 26, de 01/02/1860 ilustra bem esse caso.

Ex.2: “... manifestamos no nosso primeiro artigo o desgosto profundo que nos tem produzido a maneira Libia, irregular e ante-canonica, porque vai sendo regido um dos bispados mais importantes do imperio.”

Comparando esse fragmento de texto com os editoriais produzidos hoje, uma das mudanças visíveis, no tocante ao ponto de vista discursivo, é a utilização predominante no século XIX da primeira pessoa do plural e a predominância hoje da terceira pessoa do singular. Essa alte-

ração notadamente reduziu a contundência do texto, tornando-o mais impessoal e objetivo, mas manteve a autoria do discurso.

Além dos pronomes, por meio da adjetivação e da modalização, entre outros recursos, tecem-se no editorial os argumentos que fomentam as opiniões. A modalização, que, segundo Dubois, Guespin, Marcellesi, Marcellesi e Mevel (1973:414), ocorre quando “[a] *adesão do falante a seu discurso é sentida pelo interlocutor ora como sublinhada, ora como evidente, ora em baixa*”, representa um elemento de permanência dessa tradição discursiva. Ela merece ser observada tanto pelo aspecto argumentativo, quanto pelo aspecto mais geral, como modalidade discursiva, na qual podem ser percebidos o ponto de vista discursivo e o grau de envolvimento com as opiniões contidas no texto.

Assim, há nos editoriais do século XIX e também nas atuais pistas lingüísticas, como os modalizadores, que revelam o jogo argumentativo e o posicionamento do jornal. No exemplo abaixo, retirado do *Diário de Pernambuco* nº 26, de 01/02/1860, está nítido o posicionamento assumido pelo jornal acerca do assunto em questão, tendo em vista a presença do modalizador “no nosso entender” e as demais pistas lingüísticas que sinalizam essa interpretação.

Ex.3: “...nos ocuparemos hoje da apreciação de um facto, que mais clamores tem excitado, e que no nosso entender importa uma violação flagrante dos canones do Concilio de Trento, e das leis que regulam as attribuições dos dous poderes no estabelecimento de officios e beneficios ecclesiasticos.” (grifo meu)

Nesse exemplo há a evidência de um ponto de vista assumido, do mesmo modo que ocorre na *Provincia* nº 52, de 11/03/1873, com a utilização de um outro modalizador.

Ex.4: “Ha factos, que dispensam commentarios, e um delles é, por certo, aquelle acto de inqualificavel attentado contra a liberdade da imprensa!” (grifo meu)

Nos dois casos, no primeiro com o uso de uma intercalada e no segundo com o uso de um advérbio, está explícito o propósito comunicativo: expor uma opinião. Esse traço característico do editorial é um fator de permanência que denota uma entre várias estratégias argumentativas. Para comprovar esse traço de continuidade, é pertinente reportar ao editorial publicado no *Diário de Pernambuco* nº 257, de 14/09/2003 para que fique notória essa marca identificadora do editorial:

Ex.5: “Não há, pois, nenhuma dúvida de que o momentum de ambas as reformas é exatamente este. O governo tem razão de sobra em acelerar o passo do Parlamento e os próprios passos na diligente carreira para reformar alguma coisa que vinha torto já de inúmeros anos.”. (grifo meu)

Uma das características marcantes do editorial jornalístico durante todo o século XIX é a contundência dos textos. É interessante observar o quanto os textos de 1820, 1830 e das demais décadas diferem dos editoriais produzidos nos séculos XX e XXI.

A extensão e a contundência dos textos podem ser atribuídas, por exemplo, à incidência de adjetivação, à repetição redundante, ao detalhamento informativo e descritivo, à inserção de citações, inclusive em língua estrangeira, entre outros fatores.

A adjetivação é uma das marcas dos textos opinativos. Entretanto, o que chama a atenção é a incidência desse recurso nos textos do século XIX com relação aos editoriais veiculados hoje. Utilizada nos textos do século XIX como um dos recursos de emissão de opinião mais expressivos, é comum a presença de substantivos acompanhados de mais de um adjetivo, muitas vezes antepostos como mostra o trecho retirado do *Diário de Pernambuco* nº 263, de 19/11/1889:

Ex.6: “Deixemos, porem, o velho e decahido imperador seguir o seu destino e cuidemos da patria. É tempo de todos nos acercarmos da sua effigie de rodeal-a de affagos e carinhos, de cercal-a de cuidados e desvelos, de amal-a emfim, com mais estranhado amor, sacrificando no seu altar ódios e despeitos, preconceitos e ambições, pezares e desgostos, em uma palavra, todos os mãos sentimentos, todos os vícios e todos os defeitos.” (grifos meus)

No caso acima fica notório o caráter incisivo da linguagem, na medida em que outros recursos lingüísticos, além da adjetivação, localizada na primeira linha, entram em cena. É o caso da seqüência gradativa dos verbos *rodeal-a*, *cercal-a* e *amal-a*; da redundância dos pares dicotômicos *odios e despeitos*, *preconceitos e ambições*, *pezares e desgostos* e da repetição enfática de termos correlatos semanticamente: *todos os mãos sentimentos*, *todos os vícios* e *todos os defeitos*.

Também faziam parte da constituição dos primeiros editoriais longos e detalhados trechos informativos e descritivos que funcionavam como suporte para os comentários e opiniões acerca do assunto principal. O fragmento abaixo, extraído do *Diário de Pernambuco* nº 230, de 15/10/1845, é um bom exemplo dessa peculiaridade.

Ex.7: “A barca dos banhos salgados que hoje possui o Recife sobre o rio, acha-se effectivamente aberta desde 24 de junho do anno passado, depois de muitas difficuldades que teve de vencer o seu proprietário, o Sr. José da Maya, para a pôr no estado de segurança e asseio em que ella se acha. Por muitas vezes a temos visitado, e havendo sido testemunha da ordem e decência que ahi se conserva no serviço. Oito banheiros, com capacidade para familias de seis a oito pessoas, metade dos quaes destinados exclusivamente para as senhoras e por tal arte construidos todos que não he possivel vêr-se de um quem n’outro se banha, guarnecem commodamente toada a barca. A agoa sobe á altura de 5 palmos em todos os banheiros, e achão-se elles circulados de varinhas de ferro, por cujos intervallos passa livremente a agoa com a corrente de maré e com a imensa rapidez que todos conhecem em semelhante lugar, o que torna a agoa sempre batida e limpida nos banheiros.”

Nesse texto, o jornal posiciona-se favoravelmente ao empreendimento denominado A BARCA DOS BANHOS, cujo proprietário é o Sr. José da Maya. Para fortalecer os comentários, são inseridas narrações e descrições detalhadas do espaço, que fundamentam a posição tomada, mas, por outro lado, estendem o texto.

A inserção de citações também é outro vetor de ampliação dos textos do século XIX. Não era difícil encontrar alusões a célebres personalidades com citações em português ou latim e francês, para dar mais requinte ao texto, como retrata o exemplo retirado do *Diario de Pernambuco* nº 167, de 07/09/1835:

Ex.8: “nós exclamariamos então como Anchises e Eneas.

“Ne pueri, ne tanta animis assuescita bellas

“Neu patria validas in viscera vertite vires”

Normalmente as citações eram utilizadas com propósitos argumentativos, mas davam também uma aparência mais literária e científica e menos jornalística às primeiras versões dos editoriais de hoje.

Esses fatores de composição do editorial do século XIX sofreram reduções e não são encontrados nos editoriais de hoje com a mesma intensidade, conseqüentemente os textos são mais enxutos e objetivos. Esse fato, sem dúvida, representa um fator de mudança bastante significativo na composição dessa tradição discursiva.

Um outro traço que revela mudanças lingüísticas bem visíveis no curso das tradições discursivas é a grafia das palavras. O quadro abaixo possibilita a visualização de algumas mudanças gráficas observadas nos editoriais analisados:

Quadro1: Ocorrências gráficas nos editoriais do século XIX<sup>4</sup>

Ocorrências gráficas	Exemplos	Período
Dupla consoante	anuncios, illimitada	1820 - 1890
Consoantes mudas	transacções, assignados, actual, desaffectedos	1820 - 1890
Grafia erudita: ph, th, ch (som de k)	typographia, esfera, hypotheses, monarchia	1820 - 1880
Plural de palavras terminadas em l	taes, iguaes, especiaes	1820 - 1890
Acentuação gráfica irregular	generos, noticias	1820 - 1890
Desinência verbal “ão” na indicação de futuro e passado	se publicarão vierão	1820 - 1840
Grafia inconstante	deffensor, deffençor	1820 - 1850
Contração ou aglutinação com apóstrofo	d’uma, outr’ora	1820 - 1880
Desinência da 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito em “o”	recebeo, offereceo	1820 - 1820
Troca do z/s e vice-versa	Brazil, cazo, dezejos, particularisada	1820 - 1890
Presença do h mudo	ahi, sahir, sahida, recahir, he (é)	1830 - 1890
Redução de palavras	mui = muito, mor = maior	1840 - 1840
Uso do y em substituição ao i	typographia, systema	1820 - 1890
Separação do pronome “lo”	regeneral-o, fazel-o	1860 - 1890
Uso do acento diferencial	côrte, fôrças, presa	1870 - 1890

Esse levantamento ortográfico, mesmo sucinto, permite a percepção de resquícios de fases anteriores da ortografia portuguesa elencadas por Houaiss (1991:11):

a) A fase da ortografia fonética – Do século XIII ao século XVI, período arcaico, no qual os copistas escreviam pautados na pronúncia. No final deste período, a influência latina fez a escrita afastar-se da pronúncia. Exemplos: nocte (por noite), fructo (por fruto).

É interessante perceber que nos textos do século XIX ainda foram encontradas algumas ocorrências de consoantes mudas como no *Diario de Pernambuco* nº 1, de 07/11/1825 (texto 1), as palavras “transacções”

4 Os casos apresentados até o momento são parciais, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento. Sendo assim, outras ocorrências podem ser selecionadas como exemplo, como também a periodização pode ser modificada.

e “assignados” e, no *Diario de Pernambuco* nº 228, de 12/10/1897 (texto 16), as palavras “actual” e “desaffectos”. O que representa uma herança ainda do período arcaico nos textos do século XIX.

b) A fase pseudo-etimológica – Do século XVI até 1904. Tem como característica a influência greco-latina. A escrita portuguesa toma como modelo a escrita latina e adota costumes gráficos clássicos e eruditos como: rh, th, ph e ch (com som de k).

Nos editoriais do século XIX foram encontrados diversos casos de grafia dessa natureza, dos quais foram tomadas como exemplo, do *Diario de Pernambuco* nº 1 de 07/11/1825, a palavra “typographia” e, do *Diario de Pernambuco* nº 263 de 19/11/1889, as palavras “monarchia” e “hypotheses”.

c) A fase simplificada – De 1904 até nossos dias. Esta fase, baseada no livro de Ortografia Nacional de Gonçalves Viana, publicado em 1904 e oficializado pelo governo português (cf. Houaiss, 1991), procurou:

- eliminar símbolos de etimologia grega (th, ph, ch (som de k) e y (estilo - estilo);
- suprimir as consoantes duplas, com exceção de rr e ss;
- excluir as consoantes mudas;
- regularizar a acentuação gráfica.

Os três primeiros itens eliminados em 1904 são amplamente encontrados nos editoriais do século XIX, já nos textos do século XX estão realmente em desuso. No entanto, a regularização da acentuação gráfica, ainda não estava estabelecida, como, por exemplo, se vê no *Diario de Pernambuco* nº 8, de 10/01/1953. De acordo com Houaiss (1991:12)

“A ortografia brasileira seguiu de perto a de Portugal, mas principalmente na década de 30, verificou-se grande número de discussões e propostas ortográficas. A que está em vigor até hoje foi estabelecida em 1943 pela Academia Brasileira de Letras e sofreu pequenas alterações em 1971.”.

Estas questões lingüístico-discursivas são as evidências dos processos de mudança pelos quais passou essa tradição discursiva, delineando não só a historicidade do texto, mas também a historicidade da língua.

## 5. Considerações finais

Uma das reflexões presentes neste trabalho diz respeito à concepção de texto como um processo e não só como um produto, cuja abordagem, tanto na perspectiva sincrônica, como na diacrônica, passa pelo contínuo das tradições discursivas. Na perspectiva sincrônica, a idéia de contínuo corresponde às relações estabelecidas entre as tradições discursivas ou gêneros textuais contemporâneos que circulam nas situações comunicativas com funções sociais específicas. Já na perspectiva diacrônica, o contínuo se realiza por meio das transformações que uma dada tradição discursiva passa ao longo do tempo.

Considerando a segunda perspectiva de observação das tradições discursivas, neste artigo foi analisado o percurso do editorial jornalístico na tentativa de acompanhar algumas mudanças e permanências no plano formal e lingüístico-discursivo.

Com relação ao plano formal, houve muitas mudanças que fizeram com que o editorial tivesse a configuração e a denominação que tem até o momento. A própria localização do editorial no corpo do jornal atualmente favorece o reconhecimento do texto e funciona como um enquadre que contribui para a contextualização e a construção do sentido do texto.

Sob esse ponto de vista, tal mudança foi bastante significativa, tendo em vista que os editoriais do século XIX não tinham uma coluna definida para a sua publicação, o que, de certo modo, não explicitava a identificação. Além disso, outro fator de mudança nesse campo foi a distribuição, a proporção e a segmentação da informação, responsáveis por uma estruturação mais delimitada para atender aos propósitos comunicativos dos editoriais de hoje.

No plano lingüístico-discursivo ocorreu a permanência, ao longo do tempo, de alguns componentes como: o ponto de vista discursivo e a modalização, tanto no sentido amplo do propósito comunicativo, quanto no sentido restrito da presença de modalizadores. O fato de essas características importantes para a composição do editorial se encarregarem de manter essa tradição discursiva ao longo do tempo permite fazer o percurso de volta às primeiras versões de um dado texto.

Quanto à mudança neste plano, houve uma diminuição na incidência dos pronomes da primeira pessoa do plural nos editoriais de hoje, nos quais predomina a terceira pessoa do singular. Os pronomes de

primeira pessoa eram muito freqüentes nos textos do século XIX para fazer referência aos redatores ou ao jornal; funcionavam como pistas para que os leitores identificassem o ponto de vista discursivo. A mudança também foi observada nos seguintes aspectos dos editoriais do século XIX: a redução da adjetivação, a eliminação de longos trechos narrativos e descritivos, a retirada ou abreviação das citações e a ortografia. Notadamente as três primeiras alterações dessa seqüência foram bem visíveis nessa tradição discursiva e tornaram os textos de hoje mais enxutos e diretos, sem prolongamentos e divagações.

As questões gráficas, por sua vez, encarregam-se de fornecer a percepção mais notória das mudanças lingüísticas. São ocorrências como essas que delinham a heterogeneidade, a historicidade da língua e a historicidade dos textos. O aspecto histórico caracteriza-se exatamente pela explicitação das transformações pelas quais a língua e os textos passam durante o seu curso.

Por fim, o trabalho como um todo buscou apresentar um caminho para analisar o grau de permanência e de mudança de elementos lingüísticos e contextuais na composição do editorial jornalístico ao longo do tempo, observando a própria atividade de transformação dessa tradição discursiva.

## Referências bibliográficas

- Antos, Gerd (1997): "*Texte als Konstitutionsformen von Wissen: Thesen zu einer evolutionstheoretischen Begründung der Textlinguistik.*" Em: Antos, Gerd/Tietz, Heike (eds.): *Die Zukunft der Textlinguistik: Traditionen, Transformationen, Trends.* Tübingen: Niemeyer, pp. 43-65. Tradução de Hans Peter Wieser. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, pp. 1-19.
- Antunes, Maria Irandê Costa Morais (1996): *Aspectos da coesão do texto: uma análise em editoriais jornalísticos.* Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Callado, Ana Arruda (2002): "O texto em veículos impressos". Em: Caldas, Álvaro (org.) *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet.* Rio de Janeiro: Ed. PUC- RIO, pp 41-58.
- Dubois, Jean/Giacomo, Mathée/Guespin, Louis et al. (1995): *Dicionário de lingüística.* São Paulo: Cultrix.
- Houaiss, Antônio (1991): *A nova ortografia da língua portuguesa.* São Paulo: Ática.
- Jungbluth, Konstanze (1998): "El carácter de los textos semiorales y el junctor que". Em: Oesterreicher, Wulf (ed.): *Competencia escrita, tradición discursiva y variedades lingüísticas. El español en los siglos XVI y XVII.* Tübingen: Narr, pp. 339-358.



- Kabatek, Johannes (2003): *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico*. Fundación Duques de Soria. Seminario de História de la Lengua Española “El cambio lingüístico en la historia española. Nuevas perspectivas”. Soria, del 7 al 11 de Julio de 2003.
- Lustosa, Isabel (2003): *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Marcuschi, Luiz Antônio (2000): *Gêneros textuais: o que são como se classificam?* Recife, UFPE (Mimeo).
- Morel, Marco/Barros, Marina Monteiro de (2003): *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do séc. XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Oesterreicher, Wulf (2002): “Autonomización del texto y recontextualización. Dos problemas fundamentales en las ciencias del texto”. Em: Rodriguez, Eduardo Horkins (ed): *Homenaje Luis Jaime Cisneros*. Tomo I. Lima, Pontificia Universidad Católica del Perú: Fondo Editorial.
- Pessoa, Marlos de Barros (2002a): “Da carta a outros gêneros textuais”. Em: Lamoglia, Maria Eugênia /Callou, Dinah (orgs.): *Para a história do português brasileiro. Notícias de corpora e outros estudos. – vol. IV*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, pp. 197-205.
- (2002b): *O gênero notícia no Brasil: notas para uma história*. Trabalho apresentado no V Seminário do Projeto “Para a história do português brasileiro”, Ouro Preto, 17 a 21 de setembro de 2002.
- Schlieben-Lange, Brigitte (1993): *História do falar e história da lingüística*. Trad. Fernando Tarallo. Campinas: Editora da UNICAMP.